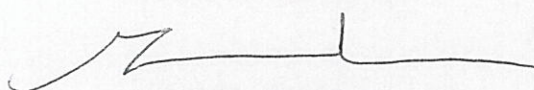


MARIA MANUELA GUERREIRO, Chefe da Divisão Académica da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, certifica que, do respectivo registo de diploma n.º 054/M/2014 de 18-12-2014 consta que, **FELISBERTO ANTÓNIO PORTUGUÊS CONTENTE**, com Cartão de Cidadão número 11116696, concluiu na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, no dia 18-12-2014, o grau de **Mestrado em Direito e Segurança**, com a classificação final de **dezasseis valores**.

Faculdade de Direito da UNL, 18 de Dezembro de 2014

A TÉCNICA SUPERIOR



(Maria Manuela Guerreiro)





UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

A Universidade Nova de Lisboa é uma instituição pública de ensino superior e investigação em todos os principais domínios científicos e tecnológicos, sendo constituída por nove unidades orgânicas:

FCT FCSH FE FCM FD IHMT ISEGI ITQB ENSP

SUPLEMENTO AO DIPLOMA

A estrutura do Suplemento ao Diploma segue o modelo elaborado pela Comissão Europeia, pelo Conselho da Europa e pela UNESCO/CEPES. Tem por objectivo fornecer dados independentes e suficientes para melhorar a transparência internacional e o reconhecimento académico e profissional e equitativo das qualificações (diplomas, graus, certificados, etc.). Destina-se a descrever a natureza, o nível, o contexto, o conteúdo e estatuto dos estudos realizados com êxito pelo titular do diploma a que este suplemento está apenso. São de excluir quaisquer juízos de valor, declarações de equivalência ou sugestões de reconhecimento. Devem ser preenchidas as oito secções, caso contrário, deve ser apresentada justificação.

1. INFORMAÇÕES SOBRE O TITULAR DA QUALIFICAÇÃO

- 1.1. Apelido(s): Português Contente
- 1.2. Nome(s) próprio(s): Felisberto António
- 1.3. Data de nascimento (dia/mês/ano): 13/08/1977
- 1.4. Número ou código de identificação do estudante: 002926
- 1.5 Número do documento de identificação: 11116696

2. INFORMAÇÕES QUE IDENTIFICAM A QUALIFICAÇÃO

- 2.1. Designação da qualificação e título que confere:
Mestrado em Direito e Segurança.
Confere o grau de Mestre em Direito e Segurança.
Confere o título Profissional de Auditor em Segurança Interna.
- 2.2. Principal(ais) áreas de estudo da qualificação:
Direito e Segurança
- 2.3. Designação e estatuto da instituição que emite o diploma ou certificado:
Universidade Nova de Lisboa.
Instituição Pública de Ensino Superior Universitário, criada em 1973 pelo Decreto-Lei n.º 402/73, publicado em Diário da República 1.ª série, n.º 188, de 11 de Agosto.
- 2.4. Designação e estatuto da instituição (se diferente da instituição referida em 2.3) que ministra o curso:
Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa
- 2.5. Língua(s) de aprendizagem e de avaliação:
Português.

3. INFORMAÇÕES SOBRE O NÍVEL DA QUALIFICAÇÃO

trepine

3.1. Nível da qualificação:

2.º Ciclo - Ensino Superior Universitário - Estudos Pós Graduated - Nível 6 (ISCED).

3.2. Duração oficial do programa de estudos:

4 Semestres - 120 ECTS:

- 1.º ano - parte curricular - 2 semestres de aproximadamente 28 semanas - 60 ECTS (1 ECTS = aproximadamente 28 horas de trabalho) - 196 horas são preenchidas com aulas teórico-práticas, 490 horas ocupadas com trabalho de estudo e pesquisa académica sob orientação tutorial, 150 horas aplicadas em projectos e trabalhos, 50 horas destinadas a seminários, conferências e colóquios, 100 horas, estimadas, dedicadas a pesquisa sob orientação tutorial para a elaboração e apresentação de um trabalho académico, acrescidas de 4 horas para a realização da respectiva avaliação.

- 2.º ano - investigação e dissertação de mestrado - 1 ano - 60 ECTS (1 ECTS = aproximadamente 500 horas de trabalho não presencial).

3.3. Requisitos de acesso:

Os alunos podem ser admitidos através de concurso local de acesso. Podem ingressar os titulares de licenciatura.

4. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTEÚDO E OS RESULTADOS OBTIDOS

4.1. Regime de estudos:

A Tempo Inteiro - pós laboral.

4.2. Requisitos do programa de estudos:

O aluno tem que realizar 120 créditos: 60 créditos distribuídos por 6 unidades curriculares obrigatórias de Direito e Segurança e 60 créditos atribuídos à investigação e elaboração de uma dissertação de mestrado.

Áreas científicas que devem ser reunidas para a obtenção do grau ou diploma:

Áreas Científicas	Ucs obrigatórias
Direito e Segurança	120 ECTS

Competências

O Mestrado em Direito e Segurança tem por finalidade ministrar uma formação especializada em matérias de Segurança, numa óptica multidisciplinar mas integrada, aumentando no estudante a sua cultura de segurança e proporcionando as condições para o aprofundamento dos conhecimentos a alcançar através da frequência de um 3.º ciclo na mesma área científica.

4.3. Pormenores do programa de estudos e, para cada unidade do programa, as classificações obtidas e os créditos atribuídos:

O Boletim de Registo Académico, discriminando todas as unidades curriculares em que o estudante obteve aprovação, respectivas notas na escala portuguesa de classificações (de 0 a 20), na escala europeia de comparabilidade de classificações (de A a F) e o número de créditos ECTS atribuídos, encontra-se no anexo I.

Informações sobre outras actividades realizadas durante o período de estudos são apresentadas na secção 6.1.

4.4. Sistema de classificação e orientações sobre a atribuição das classificações:

Ao grau de mestre é atribuída uma classificação final, expressa no intervalo de 0 a 20, bem como no seu equivalente na escala europeia de comparabilidade de classificações. A classificação final do mestrado é obtida pela classificação atribuída pelo júri à dissertação.

Em cada unidade curricular é necessária a classificação mínima de 10 valores, também expressa numa escala de 0 a 20, para que haja aproveitamento.

A atribuição da classificação ECTS numa unidade curricular ou no fim do curso é baseada na distribuição das notas obtidas pelos alunos com aproveitamento na disciplina ou curso nos três anos lectivos anteriores àquele em que o aluno obteve aproveitamento. O número total de alunos aprovados ou diplomados nesse período deverá ser superior ou igual a trinta. Se este número não for atingido, o período poderá abranger cinco anos. Na impossibilidade de atingir a dimensão da amostra, a utilização da escala ECTS é substituída pela aplicação de uma tabela construída com base nos dados de todas as disciplinas e classificações finais, de todos os cursos da Faculdade de Direito, da Universidade Nova de Lisboa, nos três anos anteriores. De notar que nem todas as classificações da escala ECTS poderão estar representadas.

Classificação ECTS	% de Diplomados	Classificação

4.5. Classificação ou qualificação final e eventual menção qualitativa (artigos 16.º e 17.º do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro): 16 valores. Equivalente a na Escala Europeia de comparabilidade de classificações.

5. INFORMAÇÕES SOBRE A FUNÇÃO DA QUALIFICAÇÃO

5.1. Acesso a um nível de estudos superior:

A conclusão do curso de estudos pós-graduados permite o prosseguimento de estudos de mestrado, nomeadamente, elaboração da dissertação (mestrado) ou outros cursos pós-graduados que não confirmam grau.

5.2. Estatuto profissional:

Auditor em Segurança Interna, conforme Portaria n.º 326/2008, de 28 de Abril

6. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

6.1. Informações complementares:

Não aplicável.

6.2. Outras fontes de informação:

www.fd.unl.pt

www.unl.pt

www.unl.pt/guia/2008

www.naricportugal.pt/naric

7. AUTENTICAÇÃO DO SUPLEMENTO

7.1. Data: 18/12/2014

7.2. Assinatura: TERESA TEODORA DA Rêa

7.3. Cargo: Administradora da Faculdade

7.4. Selo branco ou carimbo:

O presente documento vai firmado com o selo branco desta faculdade.

8. INFORMAÇÃO SOBRE O SISTEMA NACIONAL DE ENSINO SUPERIOR

A descrição do Sistema Português de Ensino, disponibilizado oficialmente pelo NARIC (*National Academic Recognition Information Centre*), encontra-se em anexo (ver Anexo II).

ANEXO I
REGISTO ACADÉMICO

Ano Lectivo	Código da unidade curricular (1)	Título da unidade curricular	Duração da unidade curricular (2)	Classificação Local (3)	Classificação ECTS (4)	Créditos ECTS (5)
2011/2012	MS001	Segurança, Estado e Globalização	1S	15	D	10,00
2011/2012	MS002	Sistema de Segurança Interna	1S	16	C	10,00
2011/2012	MS003	Sistema de Informações de Estado	1S	15	D	10,00
2011/2012	MS004	Sistema de Investigação Criminal	1S	15	D	10,00
2011/2012	MS005	Outros Sistemas de Segurança: Protecção Civil, Segurança Rodoviária, Protecção Comunitária	1S	15	C	10,00
2011/2012	MS007	Sistema Policial	1S	15	D	10,00
2012/2013	M0000	Dissertação de Mestrado em Direito e Segurança	1S	16	C	60,00

* Disciplinas em que o aluno obteve creditação

(1) Código da unidade curricular:

Em consonância com o Guia informativo.

(2) Duração da unidade curricular:

A = um ano académico completo

1S = 1 semestre

1T = 1 trimestre

2S = 2 semestres

(3) Descrição do sistema de classificação da instituição:

O resultado alcançado numa unidade curricular, é geralmente expresso num intervalo de classificação de 0 a 20 na escala numérica inteira de 0 a 20.

(4) Escala de classificação ECTS:

Ver a tabela apresentada no ponto 4.4.

(5) Créditos ECTS:

1 ano académico completo = 60 ECTS

1 semestre = 30 ECTS

1 trimestre = 20 ECTS

Secção 8

A Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, posteriormente alterada, nalguns dos seus articulados pelas Leis n.ºs 115/97, de 19 de Setembro, e 49/2005, de 30 de Agosto, republicada e renumerada em anexo à última), estabelece o quadro geral do sistema educativo.

A educação escolar desenvolve-se em três níveis: os ensinamentos básicos, secundário e superior. A educação pré – escolar é facultativa e destina-se às crianças com idade compreendida entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico.

O ensino básico é universal, obrigatório e gratuito e compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1.º de quatro anos, o 2.º de dois e o 3.º de três.

O ensino secundário é facultativo e compreende um ciclo de três anos (10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade).

Organização do ensino superior

O ensino superior português compreende o ensino universitário e o ensino politécnico.

O ensino universitário é ministrado em instituições universitárias públicas, particulares ou cooperativas e concordatárias e o ensino politécnico em instituições de ensino superior não universitárias públicas e particulares e cooperativas.

Os estabelecimentos de ensino particular e cooperativo obtêm reconhecimento prévio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Grau de Licenciado

As instituições universitárias e politécnicas conferem o grau de licenciado.

O ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado no ensino politécnico tem uma duração normal de seis semestres curriculares de trabalho dos alunos correspondentes a 180 créditos, e, excepcionalmente, em casos cobertos por normas jurídicas nacionais ou da União Europeia, uma duração normal de até sete ou oito semestres curriculares de trabalho e

uma formação de até 240 créditos.

O ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado no ensino universitário tem 180 ou 240 créditos e uma duração normal compreendida entre seis e oito semestres curriculares de trabalho dos alunos. No 1.º ciclo de estudos das instituições universitárias ou politécnicas o grau de licenciado é conferido aos

que, através da aprovação em todas as unidades curriculares que integram o plano de estudos do curso de licenciatura, tenham obtido o número de créditos fixado.

Grau de Mestre

As instituições universitárias e politécnicas conferem o grau de mestre.

O ciclo de estudos conducente ao grau de mestre tem 90 a 120 créditos e uma duração normal compreendida entre três e quatro semestres curriculares de trabalho dos alunos. No ensino politécnico o ciclo de estudos conducente ao grau de mestre deve assegurar, predominantemente, a aquisição de uma especialização de natureza profissional. No ensino universitário o ciclo de estudos conducente ao grau de mestre deve assegurar, predominantemente, a aquisição de uma especialização de natureza académica com recurso à actividade de investigação ou que aprofunde competências profissionais.

No ensino universitário o grau de mestre pode igualmente ser conferido após um ciclo de estudos integrado, com 300 a 360 créditos e uma duração normal compreendida entre 10 e 12 semestres curriculares de trabalho nos casos

em que a duração para o acesso ao exercício de uma determinada actividade profissional seja

fixada por normas legais da União Europeia ou resulte de uma prática estável e consolidada na União Europeia. Neste ciclo de estudos é conferido o grau de licenciado aos que tenham realizado os 180 créditos correspondentes aos primeiros seis semestres curriculares de trabalho.

No 2.º ciclo de estudos das instituições universitárias ou politécnicas o grau de mestre é

conferido aos que através da aprovação em todas as unidades curriculares que integram o plano de estudos do curso de mestrado e da aprovação no acto público de defesa da dissertação, do trabalho de projecto ou do relatório de estágio, tenham obtido o número de créditos fixado.

Grau de Doutor

O grau de doutor é conferido pelas instituições universitárias aos que tenham obtido aprovação nas unidades curriculares do curso de doutoramento quando exista, e no acto público de defesa da tese.

Condições de Acesso

Regime geral de acesso ao 1.º ciclo de estudos

Para se candidatarem ao 1.º ciclo de estudos conducente ao grau de **licenciado** através do regime geral, os estudantes nacionais e estrangeiros devem satisfazer as seguintes condições:

-Ter aprovação num curso de ensino secundário

ou habilitação nacional ou estrangeira legalmente equivalente;

-Ter realizado as provas de ingresso exigidas para o curso a que se candidata com a classificação igual ou superior à mínima fixada (Há instituições de ensino superior que aceitam provas ou exames estrangeiros);

-Satisfazer os pré-requisitos exigidos (se aplicável) para o curso a que se candidata.

Regimes especiais de acesso

Para além do regime geral existem regimes especiais de acesso ao ensino superior para atletas de alta competição, cidadãos portugueses em missão oficial no estrangeiro, funcionários nacionais e estrangeiros em missão

diplomática, oficiais das Forças Portuguesas e bolseiros no quadro dos acordos de cooperação firmados pelo Estado Português.

Concursos especiais

Para além do regime geral e dos regimes especiais há concursos especiais para candidatos que reúnam condições habilitacionais específicas possibilitando o ingresso no ensino superior a novos públicos numa lógica de aprendizagem ao longo da vida:

-Adultos maiores de 23 anos que tenham obtido aprovação em provas especialmente adequadas

destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior;

-Titulares de um curso de especialização tecnológica (curso pós-secundário não superior).

O ingresso em cada instituição de ensino superior está sujeito a *numerus clausus*.

Ingresso no 2.º ciclo de estudos

Podem candidatar-se ao ingresso no 2.º ciclo de estudos conducentes ao grau de **mestre**:

- Os titulares de grau de licenciado ou equivalente legal;
- Os titulares de um grau académico superior estrangeiro, que seja reconhecido como satisfazendo os objectivos do grau de licenciado pelo órgão científico estatutariamente competente do estabelecimento de ensino superior onde pretendem ser admitidos;
- Os detentores de um currículo escolar, científico ou profissional, que seja reconhecido como atestando capacidade para realização deste ciclo de estudos pelo órgão científico estatutariamente competente do estabelecimento de ensino superior onde pretendem ser admitidos.

Ingresso no 3º ciclo de estudos

Podem candidatar-se ao ingresso no 3º ciclo de estudos conducentes ao grau de **doutor**:

- Os titulares de grau de mestre ou equivalente legal;
- Os titulares de grau de licenciado detentores de um currículo escolar ou científico especialmente relevante, que seja reconhecido como atestando capacidade para realização deste ciclo de estudos pelo órgão científico legal e estatutariamente competente da universidade onde pretendem ser admitidos;
- Os detentores de um currículo escolar, científico ou profissional, que seja reconhecido como atestando capacidade para realização deste ciclo de estudos pelo órgão científico legal e estatutariamente competente da universidade onde pretendem ser admitidos.

Sistema de classificação

Ao grau de **licenciado e mestre** é atribuída uma classificação final expressa no intervalo 10-

20 da escala numérica inteira de 0 a 20, bem como o seu equivalente na escala europeia de comparabilidade de classificações.

Ao grau académico de **doutor** é atribuída uma qualificação final nos termos fixados pelas normas regulamentadas aprovadas pela universidade que o atribuiu.